

## **APRESENTAÇÃO**

### **MILITARES NO BRASIL E SUA DEFESA DA “PÁTRIA”: O POVO COMO INIMIGO INTERNO, A NAÇÃO COMO LUGAR DA RAPINA E SEUS ABUTRES**

O dossiê *Representações literárias e culturais das Forças de Segurança Pública no Brasil* conta com 7 artigos, uma entrevista com especialista no assunto, e duas resenhas. Essa produção, com autores de diversas instituições universitárias brasileiras, é apenas uma pequena mostra, mas que revela um elevado nível de preocupação da sociedade brasileira, como um todo, em relação ao sentido e a função das forças de segurança pública e de defesa do nosso país.

Entre os sujeitos sociais dessa problematização do sentido e função das forças armadas brasileiras, temos, aqui, escritores, cineastas, cientistas sociais, pesquisadores, professores civis com atuação em colégios militares e escolas cívico-militares, artistas e poetas de periferias de pequenos, médios e grandes centros urbanos, além de um ex-presidente de uma associação científica de defesa, que reúne dezenas de associados, especialistas e pesquisadores de todo o Brasil.

Assim, uma proposição lógica se impõe, a partir dessa problematização: se o lema de e entre os militares é a “defesa da pátria”, por que o inimigo é o povo e as armas para “defender a pátria” são importadas, produzidas alhures? O que, historicamente, tem inviabilizado a construção de uma nação soberana com uma indústria de defesa própria e a favor do povo e das riquezas brasileiras para o povo trabalhador brasileiro? Proposição: o “patriota” militar, no Brasil, em geral é um pária, um deserddado da nação e da grandeza de seu povo para, apenas, defender o seu quinhão (o da família militar) como uma espécie de propina pelos seus serviços em defesa das elites.

As fontes de pesquisa, as estratégias metodológicas, os agenciamentos institucionais, as referências bibliográficas, os depoimentos e testemunhos dos textos que compõem este dossiê, tornam visíveis muitas possibilidades para que os leitores e a sociedade brasileira conheçam mais o perfil dos sujeitos que formam e conformam as forças de defesa e de segurança pública do e no Brasil, a saber:

Em “Violência da colonialidade, ditadura militar e literatura no Brasil da modernidade: a Cidade de Deus de Paulo Lins”, Dany Velásquez Romero, pesquisador da UFBA e da UNAM, México, começa por interpelar o sentido de o Brasil sempre estar de costas para a América Latina e de braços abertos às forças do ocidente, isto é, a Europa branca, anglo-saxônica, e aos Estados Unidos.

Assim, temos no artigo de Velasquez uma problematização dessa modernidade em seus aspectos históricos, filosóficos e estéticos, implicando, com isso, em refutar a imposição de uma história única, a do Ocidente, como a história de todos; um modo de pensar único e instrumental, como forma de controle das múltiplas racionalidades e modos de vida; além de imposição de uma estética, com seu cânone e controle também do bom gosto. Entretanto, como estratégia para esvaziar essa lógica ocidental, o autor faz uma leitura criteriosa do romance *A Cidade de Deus*, de Paulo Lins, expondo as marcas dessa violência física, simbólica, bárbara, e não civilizatória, em relação ao povo negro no Brasil, mas, igualmente expondo também, e de forma crucial, o papel que as forças armadas, as forças de segurança pública, e da polícia em geral, jogam em relação em defesa dos ricos, dos brancos e das elites e, ao mesmo tempo, na criminalização, na perpetuação do racismo, e mesmo no extermínio de jovens negros, cotidianamente.

Concluindo com um mote que envolve uma crítica à lógica do Orvil, “livro” ao contrário, produzido, em resposta ao livro *Brasil: Nunca Mais* de Dom Paulo Evaristo Arns, por integrantes da linha dura da ditadura militar brasileira, integrantes estes que seguindo Olavo de Carvalho, agitador brasileiro de extrema direita, intuía de forma equivocada que o marxismo uma vez derrotado em sua luta armada para tomar o poder, passa então à luta cultural para conquistar “corações e mentes”, na forma da luta micropolítica de mulheres, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, entre outras minorias, mas Velasquez aposta nas letras vencendo as armas ou nas letras como nossas armas efetivas para vencermos a barbárie e, a exemplo dos povos originários das Américas, experimentarmos a vida, o bom viver, como obra de arte.

Mas essa luta, e suas formas de organização, não é fácil, exige da classe trabalhadora e seus intelectuais muita firmeza e convicção apesar da

multiplicidade de opiniões e olhares que atravessam as formas interpretativas e práticas de emancipação. É nessa linha de abordagem que André Gomes da Conceição, doutorando e mestre em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professor do Ensino Básico e Técnico do Ministério da Defesa, em seu artigo “Brasil: o golpe de 2016, o governo Bolsonaro e as Forças Armadas” vai enfrentar o problema dessa multiplicidade do olhar teórico e interpretativo sobre os temas poder, Estado e governo, a partir de Foucault, Arendt, Gramsci e Poulantzas, para deixar em aberto para o leitor sobre o que pensar do papel das forças armadas na eleição do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.

Seja qual for o viés, o da irradiação do estado fascista, micropolítico e seu domínio da subjetividade, do autoritarismo estatal de direita ou de esquerda, do controle das instituições culturais para perpetuação de hegemonia ou do neoliberalismo como totalitarismo, temos um outro crivo, de um ponto de vista da periferia do capital e seus lutadores sociais contra a colonização e seus proprietários de terras e gentes, seus intérpretes contemporâneos e a afirmação e construção do sul global e sua irradiação multipolar, um outro crivo para colocarmos em seu devido lugar o sentido das forças armadas no Brasil e seu apoio e mesmo sua construção e pactuação com as elites do atraso envolvendo mais um golpe de estado, mais um atentado contra a nossa frágil democracia, mais uma usurpação das forças do estado, que seria uma instituição de direito público e com força mediadora entre capital e trabalho para, ao olhar e práticas desses militares, sempre funcionar como instituição de direito privado e seus dispositivos para entregar as riquezas do país e se continuar o massacre histórico de nosso povo empobrecido.

Em “Memórias da ditadura brasileira em Um gosto amargo de bala”, de Vera Gertel, escrito por Margareth Torres de Alencar Costa e Joelma de Araújo Silva Resende, pesquisadoras da Universidade Estadual do Piauí, temos um romance, um testemunho da violência, das formas de tortura, perseguição, desaparecimento e morte provocadas pelos militares brasileiros contra os verdadeiros patriotas e lutadores sociais brasileiros que resolveram em final dos anos de 1960 e início de 1970 enfrentar o fechamento do sistema político por conta da ditadura militar. Então, no olhar das autoras, é preciso

rememorar, dramatizar, denunciar, esse estado de exceção, não apenas como forma de catarse, um cuidar de si e um trabalhar os traumas, as feridas, mas principalmente como um direito à memória em forma de arma e dispositivo para esconjurar a vergonha de ser brasileiro conformado, submisso e sob a égide da Ditadura Militar.

Filha de pais guerrilheiros e inconformados com o fascismo que tomou conta do Brasil no período que vai de 1964 a 1985, a escritora Vera Gertel abre as portas de sua casa para acolher e proteger perseguidos e clandestinos que além de resistirem à perseguição e à barbárie, não cessam de criar outras condições de organização da luta política a favor da consciência de classe.

Se a riqueza material existente na face da terra tem por fonte incontornável a natureza e a força de trabalho da classe trabalhadora, seja vendendo essa força através de salários, ou tendo-a superexplorada e escravizada, cabe à inteligência política dos trabalhadores, e seus intelectuais engajados, fazer a leitura e interpretação correta onde houver um tentáculo do capital, seus abutres, suas formas de exploração, seu partido armado, e denunciar esse estado de coisas para que todos os explorados(as) possam se unir e derrotar o capitalismo e seus asseclas.

Não à toa que o golpe de estado em 2016, sintomaticamente, se faz acompanhar com a ocupação do sistema público de educação através não apenas da tentativa de implantação da “Escola sem Partido”, mas da transformação de escolas públicas em escolas “cívico-militares” a pretexto de se controlar a indisciplina e a violência no interior da escola pública. É nesse sentido que o artigo “O avanço da militarização nas escolas públicas brasileiras: autoritarismo e silenciamento x democracia e reflexão, escrito por Maria Amélia Silva Nascimento e Jailma dos Santos Pedreira Moreira, orientanda e orientadora, respectivamente, filiadas ao Programa de Crítica Cultural, UNEB, vai contextualizar e desfazer o falso problema a cerca da implantação da disciplina e da hierarquia, típica das chamadas escolas cívico-militares, versus a indisciplina e a violência no interior da escola.

O problema não é esse, mas o histórico problema de um país, cujas elites desde o período colonial, nunca construiu e propôs um projeto de país que integrasse o povo num projeto nacional de desenvolvimento e redução

das desigualdades, mas, pelo contrário: escravizou o seu povo ao longo de séculos e, mesmo em período republicano, onde em tese a palavra de ordem seria, necessariamente, “do povo, pelo povo e para o povo”, essas elites apenas usam as instituições para entregar as nossas riquezas em troca de comissões e de propinas.

E o Partido Armado cumpre o seu papel, a começar, segundo as autoras, a dizer que “todo civil é marginal e ladrão”, isto é, qualquer forma de luta desse povo trabalhador e despejado de sua língua (revolucionária), de sua cultura (organizativa: na forma de quilombos, sindicatos, cooperativas, associações de moradores), de suas terras (arrancados da África, índios perseguidos e assassinados nas Américas, amontoados nas favelas), e também despejados de seu próprio ser, na medida em que são enquadrados em guetos identitários, assim toda forma de luta por direitos, toda distribuição de riqueza é considerada, por essa elite e seu partido armado, como um “roubo e coisas de marginais”.

Posto dessa forma o problema, qual o sentido da disciplina e da hierarquia pensado pelos dirigentes das escolas cívico-militares? E a conclusão das autoras, depois de uma vasta pesquisa, leitura e interpretação de bibliografia atualizada, é de que a vontade dessa escolas é interditar a expressão política de alunos e professores em torno da luta de classes. Com isso, a indisciplina dos alunos, a sobrecarga dos professores, o conteúdo programático alienante dos currículos, nunca será resolvido com vigilância, controle e autoritarismo instalados nesses dispositivos neoliberais totalitários, mas, ao contrário, seria levando essa legião de estudantes para atos públicos na Câmara de Vereadores, Gabinetes de Prefeituras, fóruns e sedes do judiciário, estimulando-os a investigar as grandes fortunas do município e qual o seu retorno para o investimento público, tudo isso como atividade de classe e educação para a cidadania.

Nessa linha de reflexão, temos mais dois artigos relevantes, a saber, “Cultura militar no CPM/Alagoinhas: apontamentos sobre disciplina, gênero e “raça” no cotidiano escolar” de Célio de Souza Mota, doutorando do Programa de História da UFBA, e “Memórias de um professor civil do Colégio Militar de Salvador (1998-2018) de Genivaldo Cruz Santos, doutorando do Programa de Crítica Cultural da UNEB, em Alagoinhas. No primeiro artigo, o autor faz uma

rigorosa pesquisa com levantamento de dados, tratamento estatístico, e leitura crítica desses dados sobre o que pensam os alunos do Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas a respeito das questões de disciplina, gênero e raça no interior desse Colégio e os resultados são bastante surpreendentes: há uma vontade de hierarquia e disciplina, sim, mas a maioria dos alunos tira proveito disso para organizar um pouco o roteiro de seus estudos, mas não se deixa dominar pela má formação e preconceitos que atravessam os conteúdos e práticas nesse sistema de ensino.

O segundo artigo, além de explorar a cultura de privilégios entre os militares, e que atravessa todo o sistema escolar pelo país, mostra o tratamento desigual dado aos civis que, a rigor, é injustificável, já que todo o financiamento de escolas militares e do sistema forças armadas é feito com recurso público, extraído de nossos impostos recolhidos à força pelo Estado e sua lógica tributária. Posicionando-se como um docente civil num Colégio Militar por 20 anos, Santos conclui que há um “patrulhamento pedagógico executado por agentes militares ocupantes de cargos estratégicos na gestão da educação militar, mesmo tendo esses agentes, formação acadêmica frágil ou alheia à educação”.

Se da perspectiva de um olhar marxista, socialista, emancipatório, temos, sim, que considerar a luta de classes como uma hipótese decisiva para a organização e funcionamento da vida e da luta política a favor da distribuição equitativa das riquezas produzidas pela natureza e por quem vende a sua força de trabalho, então o lugar das forças armadas, de segurança pública e defesa do Brasil, não seria o lugar da política, dos partidos políticos, muito menos de educadores, mas nos quartéis, em lugares estratégicos garantindo segurança para que essa luta de classe se dê na arena política e democraticamente; senão, é uma tragédia em todos os sentidos: a) o povo, que seria o personagem principal da nação, é seu inimigo interno, a ser vigiado, perseguido, maltratado, torturado, dizimado; b) se têm armas para atacar o povo não as têm para enfrentar os inimigos externos, que saqueiam o país há mais de 500 anos; c) se não têm cultura nem formação para entender e superar os problemas “a” e “b”, acima, o que esses militares teriam a ensinar no interior de suas escolas ou nas “escolas cívico-militares”?

A partir do último artigo “Antes e depois do tiro: a poética antigenocida dos saraus negros” de Paulo Sérgio Paz e Ari Lima, doutorando e seu orientador, respectivamente, recolocam a problemática do racismo estrutural no Brasil e da prática do extermínio e do genocídio como uma política de Estado, mesmo com uma série de conquistas dos movimentos negros e da sociedade civil organizada. Entretanto e para dramatizar essa situação e fazer frente a essa tragédia, os autores mostram como os saraus negros, espalhados por todas as periferias de cidades pequenas, médias e grandes de todo o país, perpetraram, como máquina de guerra, uma espécie de “poética antigenocida” denunciando esses crimes, essa barbárie.

Pelo que vimos até aqui, mesmo essas forças armadas, como partido do capital, terem as suas armas voltadas para o inimigo interno, isto é, para o povo empobrecido brasileiro, e serem incapazes de fazer qualquer enfrentamento a forças externas e saqueadoras do nosso país; em contraponto e a contrapelo, esse mesmo povo empobrecido, desde sempre, também, tem resistido a esses capitães do mato, e das mais diferentes formas.

Essa constatação se amplia com a entrevista dada pelo Prof. Dr. Manuel Domingos Neto, professor da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Federal Fluminense, vice-presidente do CNPq, fundador e editor de “Tensões Mundiais”, do Observatório das Nacionalidades e ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), entrevista feita por pesquisadores do Programa de Crítica Cultural, em 6 de abril de 2021, a partir dessas questões: a) as motivações do golpe de 2016 e o papel dos militares; b) a noção de patriotismo castrense; c) os militares e Bolsonaro.

As motivações do golpe de 2016 e o papel dos militares, em linhas gerais, deveram-se principalmente pela ausência, ainda, de um acerto de contas da sociedade brasileira em relação a essa instituição golpista, desde o advento da república no Brasil, em que essa casta não se contém a seu papel institucional, que seria o de defender o país e garantir a segurança para o exercício e aprofundamento de sua democracia; mas sempre encontrando ou forjando espaços para estarem na política e com armas em cima da mesa, ameaçando e se colocando acima da lei.

Esses fora da lei são sempre de natureza conservadora, que odeiam a mudança social, o desenvolvimento da cidadania, o empoderamento cultural

e científico da população, ao mesmo tempo em que querem todas as benesses do Estado democrático de direito para seguirem impunes de seus crimes. É assim que essa instituição que se quer e se diz a mais respeitada, a mais autorizada a dizer o que é certo e o que é errado para a sociedade brasileira, se apoia num sujeito que foi expulso de sua corporação, como uma espécie de delinquente, e para ser o seu chefe e comandante.

Problematiza, ainda, a noção de pátria e de patriotismo desses militares que batem continência para a bandeira dos Estados Unidos, não defendem as nossas riquezas dos saques permanentes desses abutres do capital nacional e estrangeiro, concluindo, enfim, que, é preciso que o povo brasileiro investigue, problematize a natureza quase exotérica dessas forças armadas sustentadas com nosso dinheiro para serem nossos algozes e, além disso e para superarmos essa terrível anomalia, propõe: um governo democrático e popular em vez de propor a extinção dessas forças, como querem a maioria do povo brasileiro ressabiado com essa imagem assombrosa e nefasta, deve convidar os seus chefes e lhe dar uma nova função e responsabilidade, isto é, – vocês agora devem convidar a inteligência civil e proporem um plano para a indústria nacional de defesa contra a ocupação estrangeira em todos os sentidos, a começar pelo desenvolvimento de armas de dissuasão terrestres, aéreas e marítimas. Seria o fim das cabeças vazias e falso-patrióticas.

Com essa verdadeira responsabilidade histórica, esses militares, seguindo o exemplo de outros militares históricos e lutadores sociais por cidadania cultural do povo brasileiro, deixariam, enfim, de serem objetos de pesquisa como essas na iniciação científica em Letras, em que Anyelle Gomes da Silva resenha o livro *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura do jornalista Rubens Valente*, publicado pela Companhia das Letras, em 2017, denunciando mais uma história de massacre dos povos originários pelo Estado brasileiro, como agente do neoliberalismo totalitário; muito menos deixariam de ser objeto de pesquisadores consolidados e bem situados num sistema de denúncia internacional como a de Lícia Soares de Souza (UNEB) através do seu livro *Pragmática Pós-Metafísica: O Infradireito na Literatura e Cinema Brasileiros*, publicado pela Editora Appris em 2020,



resenhado por Antonio Luciano de Andrade Tosta (Universidade de Kansas, EUA). Se assumissem, enfim, um protagonismo com o povo brasileiro e com o Brasil, nossas forças armadas além de apoiarem o socialismo das riquezas para quem de fato as produzem, esconjurariam a vergonha de serem o que tem sido: uma pedra no caminho da soberania do Brasil e seu povo.

Osmar Moreira